

A. I. N° - 210613.1203/05-0
AUTUADO - AMANDA SOUZA ALVES
AUTUANTE - HILTON MARINHO SILVA CAVALCANTE
ORIGEM - INFRAZ EUNÁPOLIS
INTERNET - 23.03.2006

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0078-01/06

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL DO IMPOSTO. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do processo de entrada neste Estado a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Comprovada a falta de recolhimento do imposto. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 30/11/2005, atribuindo ao autuado a falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, referente aos meses de outubro a dezembro de 2004 e janeiro, fevereiro e abril de 2005, sendo exigido o imposto no valor de R\$ 10.715,21, acrescido de multa de 50%.

O autuado apresentou defesa à fl. 59, afirmando ter efetuado o recolhimento no valor de R\$1.643,58, correspondente ao débito apurado no mês de abril de 2005, conforme DAE anexado à fl. 60 e que estaria providenciando o recolhimento do restante do débito. Requereu a procedência parcial do Auto de Infração.

O autuante informou à fl. 71 que concordava com os termos da defesa apresentada.

VOTO

No presente Auto de Infração consta como irregularidade apurada a falta de antecipação tributária por empresa do SimBahia, entretanto, observo que dos demonstrativos anexados às fls. 16 e 17, o valor do ICMS exigido se refere à antecipação parcial, decorrente das aquisições interestaduais de mercadorias, nos meses de outubro a dezembro de 2004 e janeiro, fevereiro e abril de 2005.

O autuado requereu a procedência parcial do Auto de Infração, anexando documento comprovando o recolhimento parcial do débito apurado, com o qual o autuante concordou. Verifico que o DAE anexado à fl. 60 se refere às notas fiscais relacionadas no mês 04/2005, no demonstrativo elaborado pela fiscalização, o que atesta a quitação parcial do lançamento. Entretanto como esse recolhimento ocorreu em 13/12/2005, portanto em data posterior ao lançamento do crédito tributário, mantenho a autuação de forma integral, devendo, neste caso, ser homologada a quantia recolhida.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores efetivamente recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **210613.1203/05-0**, lavrado contra **AMANDA SOUZA ALVES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 10.715,21**, acrescido da multa de 50%, prevista no artigo 42, I, “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologando os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de março de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - RELATOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR